

TENSIONAMENTOS SOBRE A INSERÇÃO DA LÓGICA ECONÔMICA NO ÂMBITO ESCOLAR

Manoela Rocha da Maia ¹
Luana Rodrigues dos Santos ²

RESUMO

A educação é um âmbito essencial para o desenvolvimento humano e a manutenção da estrutura civilizatória, bem como para o desenvolvimento de um país. Na contemporaneidade, o ensino público, em específico, tem sido cenário de constantes transformações e intervenções na justificativa de alcance de qualidade e excelência. Nesse movimento, observa-se a interferência de agentes externos, como é o caso da iniciativa privada, seja no oferecimento de formação docente, elaboração de materiais e/ou propostas de projetos com alunos nas instituições escolares. Esse apontamento encontra base teórica em contundentes análises, apresentadas ao longo do texto, as quais elaboram uma crítica ao que chamam de uma espécie de tomada da educação pelo setor privado e as consequências dessa instrumentalização para interesses majoritariamente mercadológicos em detrimento da formação humana e cidadã. Dessa maneira, sendo esse um estudo de caráter qualitativo, são utilizados, principalmente, os escritos de Laval (2019), no livro “A escola não é uma empresa”, no qual o autor discute como esse espaço passa a ser concebido segundo a lógica do mercado, orientado pelos princípios da competitividade, da eficiência produtiva e da rentabilidade econômica por meio da formação de capital humano em larga escala. No mesmo sentido, procura-se exemplificar a tese do teórico por meio da pesquisa e explanação de ações empresariais já operantes no contexto escolar, as quais se mostram acolhidas pelo poder público e popularizadas na mídia. Conclui-se, assim, que uma educação, tanto para alunos como para professores, orientada exclusivamente para a produtividade, ameaça a construção, consolidação de ideais coletivos e de justiça social.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Educação, Formação, Escola.

INTRODUÇÃO

A escola tem passado por grandes transformações ao longo do tempo, as quais compreendem desde mudanças benéficas e essenciais, como a universalidade e gratuidade do ensino, até as mais recentes, infelizmente, pautadas pelo capitalismo e pela consolidação da racionalidade neoliberal, perspectivas problematizadas no presente escrito. Nesse sentido, princípios oriundos do mercado, como meritocracia, competitividade, desempenho e produtividade passam a orientar cada vez mais a educação, deslocando-a de sua concepção

¹ Graduanda do Curso de Letras - Português e Inglês da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, vinculada ao programa Professor do Amanhã e Bolsista do PIBID, manoela.maia@sou.unijui.edu.br;

² Doutora em Educação, graduada em Letras pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, luana.profportugues@gmail.com;



histórica como direito social e espaço de formação humana para uma lógica irrefletida de atendimento às necessidades privadas. Dito de outro modo, a escola, gradativamente, passa a ser concebida segundo uma lógica empresarial, como um produto a ser consumido, subordinando os saberes à economia.

Esse processo de reconfiguração da educação tem intensificado a mercantilização do ensino escolar, ao mesmo tempo em que fragiliza seus fundamentos pedagógicos, culturais e políticos. Ao ser estruturada por critérios de gestão empresarial e por discursos que enfatizam essencialmente objetivos para posterior geração de lucro¹, a instituição escolar é desvirtuada de sua função social primeira, o saber, promover o desenvolvimento humano e formar cidadãos capazes de enxergar criticamente a realidade social (Laval, 2019), a partir de conhecimentos construídos historicamente. Diante desse cenário, torna-se imprescindível problematizar a racionalidade neoliberal sobre a educação básica, especialmente ao tratá-la como empresa prestadora de serviço e submetida às exigências econômicas.

Frente ao exposto, este artigo tem como objetivo analisar algumas das consequências resultantes do neoliberalismo e da lógica mercadológica ao campo educacional, a partir de um levantamento bibliográfico, tendo como principal fundamento as ideias de Laval (2019), o qual discute em sua obra, *A escola não é uma empresa*, a crise de legitimidade da instituição escolar diante do avanço do neoliberalismo, problematizando os sentidos atribuídos a conceitos amplamente difundidos no campo educacional, como “inovação” e “eficiência”. Especificamente, busca-se discutir o neoliberalismo enquanto racionalidade hegemônica que orienta as políticas educacionais contemporâneas voltadas à formação de indivíduos adaptáveis às constantes mudanças do mercado de trabalho, sejam eles docentes ou estudantes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, ou seja, ocupa-se em investigar fenômenos sociais, como é o caso da constante e alargada inserção da iniciativa privada na esfera educacional. Com isso, procura-se entender o problema de forma organizada e a partir de conceitos teóricos mobilizados ao longo da escrita. Conforme Minayo (1992), a análise resultante da metodologia qualitativa valoriza a interpretação e a compreensão detalhada das

³¹ A exemplo de Fundações Privadas como a Organização Não Governamental (ONG), de grande expressividade, “Todos pela Educação”, financiada por grandes expoentes do mercado como Itaú, Fundação Lemann, entre outras.



experiências e relações humanas, de modo a considerar o contexto social, cultural e histórico do pretendido estudo.

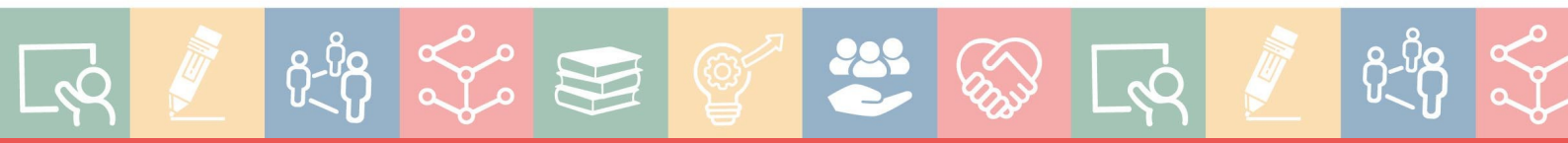
REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a influência da lógica neoliberal no campo educacional, é necessário assimilar, brevemente, o que é o neoliberalismo. Segundo David Harvey (2008), o neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas nas quais o bem-estar humano é melhor promovido quando os indivíduos têm liberdade para empreender no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.

Os neoliberais consideram o mercado como a principal fonte para gerar lucro e riqueza. Essa perspectiva torna-se preocupante quando ideias neoliberais adentram a escola, considerando-a um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico (Laval, 2019). Com isso, a escola passa de um local voltado à formação crítica do indivíduo, que tem um fim em si mesma, a um espaço orientado pela produtividade, tornando-se uma empresa prestadora de serviços, responsável por entregar mão de obra qualificada ao mercado de trabalho.

Para Christian Laval (2019), a escola tornou-se um espaço central e tensionado da sociedade contemporânea devido à convergência de duas tendências. Por um lado, a acumulação do capital passou a depender cada vez mais da inovação e da formação da mão de obra, o que atribui à educação um papel estratégico na produção e difusão do conhecimento. Por outro, a expansão da lógica neoliberal impõe a redução dos gastos públicos, exigindo que a educação torne-se “rentável” para o mercado, seja por reorganizações internas, seja pela transferência de custos às famílias. Em outras palavras, trata-se do conceito de eficiência, característica fundamental do mercado. Nesse contexto, a globalização transforma a educação em um fator de atração de capitais e em indicador de competitividade econômica, orientando reformas educacionais voltadas à padronização, à gestão empresarial e à profissionalização docente.

Sob esse viés, o neoliberalismo ganha espaço na educação, e “se apresenta à escola, e ao restante da sociedade, como solução ideal e universal para todas as contradições e disfuncionalidades, mas na verdade é um remédio que alimenta o mal que deveria curar” (Laval, 2019, p.20). Ainda, para o autor:



O novo modelo escolar e educacional que tende a se impor se baseia, em primeiro lugar, em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica. Está ligado a um economicismo aparentemente simplista, cujo principal axioma é que as instituições em geral e a escola em particular só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia. O "homem flexível" e o "trabalhador autônomo" são as referências do novo ideal pedagógico (Laval, 2019, p.29).

Nessa visão, Libâneo e Freitas (2018), destacam que, na perspectiva neoliberal, o papel da escola é estar a serviço dos interesses do capitalismo globalizado e às novas formas de sociabilidade na sociedade contemporânea de modo a desenvolver nos indivíduos competências adaptativas e de flexibilidade para o trabalho, o qual vem sendo transformado em termos tecnológicos e organizacionais em função das expectativas de lucratividade.

Para Marx (2004), no modelo capitalista de organização econômica e social, o valor dos indivíduos passa a ser definido por aquilo que são capazes de produzir. No contexto neoliberal, essa lógica é aprofundada por meio do conceito de capital humano, segundo o qual conhecimentos, habilidades e competências passam a ser concebidos como um capital passível de investimento, valorização e rentabilidade futura. A educação, nesse sentido, deixa de ser compreendida prioritariamente como um direito social e um processo de formação humana integral, para ser tratada como um investimento individual orientado à ampliação da produtividade, da empregabilidade e da competitividade no mercado de trabalho.

Frente à isso, “as reformas impostas à educação serão cada vez mais guiadas pela preocupação com a competição econômica entre os sistemas sociais e educativos e pela adequação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral” (Laval, 2019). Dito de outro modo, as propostas de mudança no ensino passam a ser orientadas por organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e por órgãos de financiamento (Banco Mundial, BIRD). Essas instituições difundem diretrizes e recomendações que associam a educação ao desenvolvimento econômico, à eficiência produtiva e à competitividade internacional, reforçando a concepção da formação escolar como investimento em capital humano. Para atender ao modelo econômico atual, políticas educacionais passam a enfatizar avaliações padronizadas, metas de desempenho, gestão por resultados e responsabilização de escolas, docentes e estudantes, aproximando o funcionamento da educação pública aos princípios do mercado.

Consequentemente, a escola deixa de lado o seu principal papel, a elevação intelectual e emancipatória, na qual os indivíduos são capazes de refletir sobre a realidade em



que estão inseridos e questionar estruturas sociais, promovendo, assim, a justiça social. O novo modelo educacional propõe que a escola forme sujeitos adaptáveis às variações existenciais e profissionais em incessante movimento, cujo principal objetivo é apresentar retorno futuro ao mercado (Laval, 2019).

No âmbito das reformas educacionais, o modelo de competências assume papel central na reorganização dos currículos e das práticas pedagógicas. Apresentado como resposta às exigências da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho, esse modelo desloca o foco da educação da apropriação de conhecimentos sistematizados para o desenvolvimento de competências adaptáveis e mensuráveis. Logo, o saber só é útil e valorizado se atender a essas expectativas.

Para que essas demandas sejam atendidas, a escola passa a adotar o modelo de gestão privada, no qual a eficiência é medida apenas por indicadores financeiros e metas numéricas. Com isso, o foco passa a ser o índice e tudo que não pode ser transformado em dados é ignorado. Além disso, como afirma Laval (2019), os professores estão condenados a se tornar “mediadores” da aprendizagem, devendo adaptar-se rapidamente às mais variadas demandas dos indivíduos, em consonância com uma lógica de flexibilização e responsabilização individual. Tal movimento está alinhado ao que Ball (2014) denomina de gerencialismo educacional, em que o trabalho docente passa a ser regulado por metas, indicadores de desempenho e avaliações padronizadas, resultando na intensificação do trabalho e na perda de autonomia pedagógica.

É nesse contexto que os Sistemas de Apostilamento de Ensino (SAEs) ganham força, caracterizados pela venda de pacotes de serviços e materiais educacionais para escolas parceiras e para o Estado (Galzerano; Gobi; Luiz, 2011). Dessa forma, o mercado passa a exercer grande influência e a controlar aquilo que chega às salas de aula, tratando essas intervenções como benéficas enquanto estratégias de inovação. Quando as escolas adotam esses pacotes padronizados, ocorre a desqualificação do trabalho docente, uma vez que o professor deixa de ser o responsável pelo planejamento e pela reflexão sobre o ato educativo. Conseqüentemente, o educador é afastado dos aspectos intelectuais, reflexivos e críticos da sua profissão, sendo reduzido ao modelo de um especialista técnico encarregado apenas de aplicar métodos e objetivos pré-definidos externamente, de modo que, “não faz parte de seu exercício profissional o questionamento das pretensões do ensino, mas tão somente seu cumprimento de forma eficaz.” (Contreras, 2012, p. 113). Essa dinâmica submete os docentes a um processo de controle camuflado que gera o que as reflexões de Contreras (2012) definem como uma "autonomia ilusória".



Historicamente, o Brasil consolidou sua adesão ao neoliberalismo, a partir da década de 1990, acompanhando as reformas do Estado e a reestruturação do papel das políticas públicas. Desde então, observa-se a crescente influência de organismos internacionais e a valorização de princípios oriundos do mercado. Esse percurso culminou na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define as aprendizagens (competências e habilidades) essenciais que todos os alunos da educação básica devem desenvolver (Brasil, 2017). No documento,

[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017b, p. 8).

Assim, “essa concepção implica que, para os alunos, não cabe compreender a realidade para fazer a crítica e se comprometer com sua transformação, mas sim para entender melhor quais as ‘competências’ o mercado exige dos indivíduos” (Marsiglia et al. 2017, p. 116). A BNCC organiza essas competências em três grupos, sendo elas competências pessoais e sociais, competências cognitivas e competências comunicativas, que atravessam toda a educação básica e têm como finalidade declarada “[...] à formação humana integral e à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2017, p. 4). Contudo, esses pressupostos se vinculam a um discurso multiculturalista de matriz pós-moderna que, embora defenda valores como inclusão, diversidade e democracia, atua ideologicamente na adaptação dos indivíduos às demandas do capitalismo.

Portanto,

O novo padrão normativo não são os corpos dóceis da sociedade disciplinar, são os corpos dóceis adaptados aos novos valores contemporâneos empresariais: corpos flexíveis, criativos, empáticos, proativos, comunicativos, resilientes. Este modelo controla as formas de ser, estar e agir, atreladas à sensação de espontaneidade e liberdade, sendo formas muito mais totalitárias que as anteriores. (Mordente, Giuliana; Cunha, Thiago; Portugal, Francisco, 2023, p. 290)

Sob esse prisma desolador, cabe às escolas, por intermédio de uma formação que possibilite uma visão crítica, resistir a esses movimentos que tanto questionam a escola em sua essência quanto intervêm sob o pretexto capcioso de qualificar a educação, quando na realidade o que se faz é domesticá-la aos interesses dos donos do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Ao transpor a lógica neoliberal, de forma mais efetiva, ao cenário contemporâneo, ainda sem a intenção de uma análise in loco, observa-se o alargamento do espaço dado a instituições privadas no âmbito escolar a partir das elaborações de Laval. Em outros termos, a cada dia mais empresas se ocupam com os aspectos e/ou demandas como a fabricação, venda e distribuição de materiais, o oferecimento de formação de professores, os projetos com incentivo financeiro, algumas intervenções com alunos de modo a incutir ideias de interesse, invariavelmente, particulares.

Infelizmente, pode-se dizer que a escola fica refém ou submetida a essas intervenções, ora por depender do fomento financeiro advindo de projetos, ora por sequer ser consultada pelos gestores a respeito do interesse dos profissionais ou da demanda da escola pelas pautas trazidas por esses agentes externos. O argumento mais utilizado para esse movimento da iniciativa privada é legítimo: os baixos resultados educacionais do Brasil em exames externos. Assim, de forma “nobre”, grandes corporações, ONGs trazem propostas alternativas para minimizar esse cenário precário demonstrado em dados de pesquisas. Conseqüentemente, de forma privilegiada, vão ocupando espaço significativo no ambiente escolar.

Nessa lógica, conforme Laval (2004), o setor privado vê a educação de forma instrumentalizada, ou seja, o conhecimento se converte como um fim para, concepção típica do capitalismo, Esses lógica e/ou saberes, conforme o mesmo autor, são “supostamente melhor adaptados aos jovens vindos das classes populares e correspondendo às necessidades das empresas.” (Laval, 2004, p. 24). Dessa maneira, conforme Santos (2023, p.82) “as proposições e iniciativas contemporâneas parecem definir previamente o destino dos alunos, com base no rendimento, no desempenho ou no lugar social que ocupam, sequestrando a possibilidade do novo, ou de qualquer insurgência e confronto”.

Trata-se, nesse sentido, de uma limitação dos saberes, pois os estudantes com menor potencial e condições econômicas menos favoráveis tornam-se reféns das necessidades do mercado, e, conseqüentemente, afastam-se da possibilidade de questionamento do status quo. Da mesma maneira, a busca desses mesmos estudantes pela continuação dos estudos em nível superior, é fragilizada, já que a competição para ingresso nessa etapa é desigual, em função da abismo conceitual entre os alunos.

Laval (2004, p. 28-29) destaca que há “uma produção das desigualdades entre aqueles que dela mais se beneficiam, os chefes, e aqueles que dela menos se aproveitam, os assalariados de execução”. Tal dinâmica contribui para a naturalização das desigualdades sociais, uma vez que responsabiliza indivíduos por seus resultados e oculta as condições



estruturais que atravessam o processo educativo, limitando a possibilidade de uma formação crítica, emancipatória e transformadora.

Emerge, nesse cenário, a lógica da meritocracia, a qual se coloca de forma recorrente em discursos de gestores, bem como da iniciativa privada. Entende-se que a admiração e popularização do conceito, por parte da sociedade em geral, a qual “compra” essa ideia, deve-se em função de um equívoco conceitual e histórico. A primeira acepção, certamente correta, é a do mérito a “quem é merecedor, ter mérito supõe ser digno de recompensa, elogio, prêmio, estima, apreço” (Walzer, 2003, p. 194-195). Dificilmente, alguém irá se opor a esse conceito, pois alcançar àquilo que se mereceu é uma forma de justiça, inclusive essencial historicamente para o enfraquecimento de critérios antes imutáveis, como hierarquia, sexo, raça, posição social, entre outros.

Embora o conceito tenha, em sua origem, elementos benéficos, na contemporaneidade, a mesma aplicação de outrora não se sustenta, pois o termo ganhou novos significados e, assim, é pautado majoritariamente pelo esforço individual. Seguindo nessa linha, implica dizer que são desconsiderados quaisquer outros fatores de desigualdade que possam comprometer o desempenho dos sujeitos. Reside uma perversidade nesse modo de pensar, a qual consiste em enaltecer os que chegaram ao topo e culpar aqueles que ficaram para trás por conta da suposta falta de esforço.

Infelizmente, há uma insistência em transpor a meritocracia para o âmbito escolar, como se a escola pública e todos seus alunos tivessem as mesmas condições de alcançar os mais altos níveis de conhecimento, bem como as mais altas posições sociais. Sem dúvida que essa é uma intervenção que desconsidera as desigualdades históricas, sociais e econômicas que atravessam o sistema educacional. Esse discurso cria oportunidades para “todos” concorrerem, mas, na verdade, somente os bons permanecerão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que as políticas educacionais de cunho neoliberal operam sobre o currículo, os processos de avaliação, os projetos pedagógicos, a subjetivação dos indivíduos, a perda de autonomia docente, entre outros elementos. Além disso, a formação pautada em competências e habilidades, visa ao esvaziamento do conteúdo científico em prol de formar um trabalhador que atenda às demandas do capital, isto é, que seja flexível e dócil.



Desse modo, faz-se necessário repensar os rumos da educação, considerando que, progressivamente, observa-se um distanciamento do percurso que conduziria a uma formação verdadeiramente igualitária e democrática. Em vez de promover uma educação comprometida com a equidade, o sistema tem caminhado em direção a práticas que dificultam a garantia de condições efetivas para que todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades de alcançar seus objetivos.

Além disso, a incorporação de discursos meritocráticos e individualistas tende a acentuar as desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional, deslocando a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso para o indivíduo. Esse processo ignora as desigualdades sociais, como classe social, renda, raça, gênero, sobre as quais nem todos os estudantes partem do mesmo ponto de partida, ao mesmo tempo em que fragiliza a compreensão da educação como direito social e instrumento de transformação humana.

Perante o novo modelo educacional, centrado na desintelectualização, torna-se fundamental resgatar a dimensão pedagógica e educativa baseada no acesso ao conhecimento crítico e sistematizado (Saviani, 1991). É necessário desnaturalizar a presença de empresários no setor educacional, romper com a perspectiva mercantilista que concebe o conhecimento como propriedade, repensar as políticas educacionais, de modo a promover uma justiça escolar efetiva, considerando as características individuais de cada estudante e o contexto de cada instituição de ensino.

O professor tem como tarefa problematizar as formas naturalizadas da percepção da realidade, intervindo criticamente no modo habitual como os sujeitos compreendem o mundo. Ao fazê-lo, contribui para o despertar de consciências capazes de se reconhecerem como sujeitos de direitos, integrando-se à vida social como cidadãos ativos, legitimados a reivindicar, participar e instaurar o diálogo no âmbito democrático.

Por fim, conclui-se que a ideologia neoliberal defende o discurso da busca pela qualidade na educação, porém, na prática, seu objetivo é impulsionar o crescimento econômico e fortalecer, exclusivamente, o mercado de trabalho. Nesse sentido, cabe à escola resistir à ideia utilitarista do mercado, reafirmando seu compromisso com a formação humana integral.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. J. Educação global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal.** Ponta Grossa, Editora UEPG: 2014.



BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017b.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GALZERANO, Luciana Sardenha; GOBI, Roberta Cristina; LUIZ, Kátia Tamara. **Breve retrato da atuação dos Grupos Empresariais Objetivo, COC e Positivo nos municípios do estado de São Paulo**. Educação: Teoria e Prática, [S. l.], v. 21, n. 38, p. 98–113, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5267>. Acesso em: 6 abr. 2026.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Planta, 2004.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. ISBN 978-8575597118.

LIBÂNEO, José C.; FREITAS, Raquel. A. M. M. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1. ed. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.

MARSIGLIA, Ana Carolina. G; PINA, Leonardo. D; MACHADO, Vinícius. O; LIMA, Marcelo. **A Base Nacional Comum Curricular: Um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p.107-121, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835/14343>. Acessado em: 30 de jan. 2026.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos – terceiro manuscrito**. Tradução Alex Marius. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção obra prima de cada autor).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MORDENTE, Giuliana Volfzon; CUNHA, Thiago Colmenero; PORTUGAL, Francisco Teixeira. **Capturas neoliberais e educação democrática: o mito da educação “inovadora”**. In: Flavia Lemos. (Org.). Psicologia Social, Educação e Análise Institucional: Diálogos entre Paulo Freire, Gregório Barenblitt, Bell Hooks, Gilles Deleuze e Félix Guattari. 1ed.Curitiba: CRV, 2023, v. 1, p. 289- 304.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 1991.



WALZER, Michael. **Esferas da Justiça**: uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 194-195.

